

**Discurso do Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a
Comunicação, Deputado Mendes Bota, na sessão de abertura do Workshop –
“Apresentação dos Resultados do Projecto DIVPOL – Diversidade Étnica e
Cultural na Política”, organizado pelo ACIDI – Alto Comissariado para a
Imigração e Diálogo Intercultural
Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República
14 de Janeiro de 2014**

Ex.^{ma} Senhora Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Rosário Farmhouse, Ex.^{ma} Senhora Coordenadora do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do ACIDI, Catarina Reis Oliveira, Ex.^{ma} Professora Assistente da Universidade do Minho, Isabel Estrada Carvalhais, Exmo. Sr. Director do Migration Policy Group, Jan Niesse

Senhoras Convidadas e Senhores Convidados,

A multiculturalidade e a diversidade étnica exige sempre, pela sua própria natureza, a articulação com várias áreas do saber pertencentes a um leque muito aberto do conhecimento humano.

Estas áreas vão desde as filosóficas, relacionadas com a natureza do ser humano enquanto ser relacional e social, às do domínio tecnológico e das ciências da comunicação, passando pelos conhecimentos antropológicos, históricos e sociológicos, e, em geral, das ciências humanas.

Não basta colocar as questões a um nível abstrato, ou de forma genérica, mas no âmbito específico e concreto da atividade partidária que, sendo apenas uma parte da atividade política, é, todavia, uma parte indispensável à democracia. É, pois, neste âmbito que aqui me coloco.

O atual momento histórico evidencia uma mudança civilizacional de contornos ainda não completamente definidos, mas que se presente inexoravelmente em curso, sendo disso exemplo fenómenos como a globalização, a mobilidade humana, a comunicação em rede, a participação cívica fora dos partidos e, por último, a descentralização das funções governativas numa ótica mais economicista.

Atribui-se à economia um papel cada vez mais importante em detrimento dos valores humanistas da pessoa. Creio até que aquilo que começou por ser uma mera perspetiva teórica é já ultrapassado pela própria realidade.

Estas sequências de acontecimentos que marcam e refazem os tecidos sociais dão origem a problemas ainda não perfeitamente identificados e menos ainda resolvidos, ressaltando entre eles o problema da relação entre segurança e privacidade,

ou o da relação entre o direito à mobilidade universal e a necessária garantia de estabilidade dos Estados. É aqui que cabe realçar a importância que a imigração tem tido na integração da diversidade étnica e cultural que caracteriza as atuais sociedades.

Sobre isto, parece não haver dúvidas de que o acesso generalizado às novas tecnologias de informação e comunicação veio, não só acelerar processos sociais de incorporação das «diferenças» desde sempre existentes, como também criar novos processos, nomeadamente os da relação entre o mundo físico e o mundo virtual, dando origem a profundas alterações nos hábitos sociais, nas barreiras interculturais e nos preconceitos anti-relações étnicas — veja-se a este propósito e como exemplo o que se passa no mercado musical entre as camadas mais jovens.

Surgem, assim, novas questões para os governos resolverem e, antes disso, novas questões que os partidos devem analisar. O ressurgimento atual de partidos nacionalistas na Europa e o apontar para novas alianças tendo em vista já as próximas eleições europeias deve merecer da nossa parte atenta vigilância.

É neste quadro que a renovação dos partidos, de acordo com a sua natureza e funções numa sociedade livre e democrática, requer uma atenção permanente às novas exigências sociais.

Não desconhecemos que certas práticas e certos vícios intrínsecos ao funcionamento dos partidos políticos, levaram a uma crescente desconfiança e afastamento por parte dos cidadãos.

Os partidos políticos são estruturas com vocação e ambição para exercer o poder e governar, nem sempre pelos caminhos mais correctos da verdade, dos princípios e da transparência.

Mas os **partidos políticos**, com todas as suas deficiências, ainda constituem a **trave mestra** de um sistema democrático e pluralista, sem os quais seria muito difícil evitar o caos, a cacofonia e a tentação totalitária.

Fácil é compreender que numa sociedade já marcada pela multiculturalidade e pela relação interétnica, tanto ao nível *micro* quanto ao nível global, mas sobretudo numa sociedade que caminhará cada vez mais nesse sentido, é urgente os partidos refletirem dentro de si próprios esta mudança.

Esta é, já por si, uma opção política, porque respeita uma ideia de cidadania, uma promessa de participação democrática e uma forma de representatividade. A opção oposta seria a da criação de **partidos representativos de segmentos étnicos**, em forma de associações, o que levaria, por inerência dos processos, a instituir nos Parlamentos um constante conflito interétnico.

O fantasma desta hipótese, felizmente pouco representativa no quadro da realidade portuguesa, mobiliza-nos, no entanto, para a questão nuclear: no interior dos partidos existentes, que presença ativa, que participação democrática visível é dada às diversas etnias e culturas que neste momento fazem o Portugal contemporâneo?

Não haverá uma **discriminação «surda»**, logo a partir do nível local, que impeça a entrada franca à honrosa função da atividade política que é a construção renovada do bem comum da *cidade*, da *polis*?

Sobre esta questão, vejamos um exemplo concreto que pode ajudar-nos a captar a real dimensão do problema: relatórios recentes acerca da taxa de natalidade colocam Portugal nos últimos lugares da Europa.

Ora, um dos mais significativos contributos para esta situação respeita à diminuição dos fenómenos de imigração, que, por sua vez, anteriormente foram responsáveis pela queda menos abrupta da taxa de natalidade.

Neste indicador estatístico há um bem maior nele contido por se tratar do futuro do país: a juventude.

Façamos um momento de reflexão e coloquemos de novo a questão: à parte iniciativas louváveis, mas casuais, em que instâncias, em que *fora* a generalidade dos **partidos** se tornou eco das problemáticas desta significativa parcela da população constituída pelos imigrantes?

Que opções foram avançadas para proteger os seus valores e, em particular, as suas famílias? Que opção preventiva foi assumida para evitar (ou pelo menos diminuir) a sangria desta parte da população?

Também, neste ponto, a escolha prevalecentemente política leva a considerar estas pessoas não a partir das meras vantagens económicas para o país de acolhimento pelo tipo de trabalho executado e pelo valor da mão-de-obra, mas tendo em conta o valor humano de todos e de cada um dos cidadãos. De outro modo, acabamos por perder quer o trabalho, quer os cidadãos.

E não será esta uma das razões do crescente alheamento dos cidadãos em relação à atividade política específica?

«A **condição de reciprocidade** subjacente à atribuição de capacidade eleitoral é habitualmente apontada como um dos entraves a uma maior participação dos imigrantes.

No entanto, investigações já realizadas indicam que a **participação política**, e nomeadamente eleitoral, **é reduzida mesmo entre os cidadãos estrangeiros** em condições de gozar do direito de voto.

Além disso, verifica-se uma interação relativamente diminuta entre os imigrantes com os partidos políticos. Os dados disponíveis indicam que esta distância se estende aos imigrantes que já obtiveram nacionalidade portuguesa e que, conseqüentemente, dispõem **de plenos direitos políticos.**»

Estas afirmações de Catarina Reis Oliveira (coordenadora do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do ACIDI) e João Cancela, de 2013, mostram que é necessário ir além da capacidade eleitoral ativa.

No contexto de uma sociedade democrática, os partidos terão de ser caracterizados pela representatividade e pela democraticidade interna. Não basta, portanto, afirmar genericamente o princípio da não discriminação de base cultural ou étnica.

Tal afirmação de princípio, para ser eficaz, exige a concretização em níveis intermédios da estrutura social, incluindo os partidos. A não discriminação transforma-se positivamente em parâmetro de representatividade *transversal* às etnias e culturas.

O segundo eixo da estruturação partidária é o da democraticidade interna. Só uma experiência partidária democrática dá credibilidade aos partidos perante a sociedade democrática.

Obviamente, não se quer com isto dizer que os partidos sejam «micro sociedades» que funcionem em tudo como um espelho da sociedade geral. A diferença está na função específica dos próprios partidos, quer no serviço que «prestam» aos cidadãos, quer na sua relação com o exercício das funções soberanas do Estado democrático.

A experiência mostra, no entanto, que **a capacidade inclusiva dos agentes partidários não se dá de forma espontânea**, sendo necessária uma atenção específica à realidade social cada vez mais exigente. Por isso falei acima do risco de uma «discriminação surda», quando a atitude proactiva não existe.

Não nos parecem aplicáveis às questões da culturalidade e da diversidade étnica fórmulas relativamente impositivas, como foi o caso das **quotas de representação** das mulheres a que a chamada “lei da paridade”, de 2006, obriga os partidos na elaboração das listas de candidatos para garantia da igualdade de género, e que tantas mulheres tem trazido para a política activa, sobretudo, num movimento ascendente, do Poder Local para o Poder Central.

Trata-se, sim, de **investir na sensibilização dos partidos políticos** para os valores da plena cidadania quotidiana, para que possam emergir originariamente os valores da ação política que encontra nos partidos, através do voto, da filiação, da atividade estruturada, da capacidade eleitoral passiva, da candidatura a cargos políticos a primeira porta de acesso.

Não se podem esquecer aqui as candidaturas independentes, nem menosprezar os movimentos cívicos, mas insisto em que o alheamento social em relação à vida partidária corresponde a um motivo de reflexão e exigência de renovação dos próprios partidos.

Como bem referem Beatriz Padilla e Joana Azevedo, é necessário abordar estas questões com «um olhar mais inovador que observe como decorre a convivência intercultural a nível local (da cidade e do bairro), ou seja, as relações quotidianas entre autóctones e imigrantes».

Será um exercício a todos os títulos interessante e um desafio que aqui deixo a todos os presentes o de consultarem os diversos **programas eleitorais dos partidos políticos portugueses** no que respeita às **questões da diversidade étnica e multicultural**.

No Programa do meu próprio partido, encontram-se poucas referências a «étnica» e «multiculturalidade», e centradas nas políticas de cultura e desporto. Ora, pese embora o facto de estas políticas serem de forte função integradora dos imigrantes na sociedade portuguesa, parece ser pouco em relação às já referidas exigências sociais.

Olhando um pouco para trás, estávamos ainda no ano de 2003, quando Rui Marques, naquilo a que chamava «breve exercício» intitulado *Políticas de gestão da diversidade étnico-cultural. Da assimilação ao multiculturalismo* avançava uma opção de **grelha de soluções político-pragmáticas** para a definição de políticas públicas de promoção do multiculturalismo a partir da *Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural, de 2 de Novembro de 2001*.

Trata-se, naturalmente, de um arquétipo demasiado exaustivo e idealista e, nalguns casos, desfasado face à realidade e às possibilidades da sociedade portuguesa, em tempo de crise e de austeridade.

Mas registam-se as preocupações com a língua, a religião, o estatuto legal, a educação, o emprego, a habitação, o racismo e a discriminação, a identidade nacional e a representação política e a autonomia.

Há que reconhecer que, ao nível da participação eleitoral dos imigrantes e emigrantes, muitas das *propostas* que têm sido feitas e implementadas entre nós têm tido origem nas políticas da **União Europeia**.

Creio que entre nós talvez haja um **défi ce de empenhamento** mais consistente dos partidos políticos como «laboratórios» autênticos de elaboração de propostas políticas e de vida democrática representativa.

Por outro lado, reconheço também que para a promoção de um modelo multicultural não basta a elaboração de relatórios descritivos dos fenómenos sociais ou mesmo das iniciativas «oficiais» de carácter multicultural, sob pena de continuarmos a manter aberto o fosso entre a sociedade civil e as organizações político-partidárias, se não mesmo a suscitar-se a existência de novos nacionalismos.

Em conclusão, assumo que incumbe, sobretudo aos partidos políticos com assento parlamentar, e mais ainda aos do chamado “arco da governação”, darem corpo a políticas que garantam e consolidem os princípios da não discriminação e da integração das diversidades étnicas e culturais.

Basta olhar para as bancadas da **Assembleia da República**, ou para as listas dos **órgãos políticos** saídas dos congressos partidários, para verificar que existe um **imenso deserto de diversidade étnica e cultural em Portugal. Ali falta um colorido de pele e de ideias, com o ritmo e o sabor de partes essenciais da comunidade que habita e trabalha em Portugal.**

Espero que as conclusões deste Workshop, sobre o projecto DIVPOL, contribuam para que, na sua atividade representativa dos cidadãos, os partidos políticos passem a olhar para os imigrantes, mais como **cidadãos e agentes participativos nos processos de decisão** do sistema democrático, do que como **meros potenciais eleitores**.